

ROBERTO SAMARTIM / IRIA CAAMAÑO FRANCO

EDITORES

**CIDADES,
TURISMO
E CAMINHOS DE SANTIAGO**

**CIUDADES,
TURISMO
Y CAMINOS DE SANTIAGO**



andavira
editora

Samartim, Roberto e Caamaño Franco, Iria (eds.): *Cidades, Turismo e Caminhos de Santiago / Ciudades, Turismo y Caminos de Santiago*. Santiago de Compostela, Andavira Editora, 2023.

© Andavira Editora, S. L.
Vía de Édison, 33-35 (Polígono do Tambre)
15890 Santiago de Compostela (A Coruña)
www.andavira.com · info@andavira.com

© Dos textos: os seus autores

Reservados todos os dereitos. Non se permite a reprodución total ou parcial desta obra, nin a súa incorporación a un sistema informático, nin a súa transmisión en calquera forma ou por calquera medio (electrónico, mecánico, fotocopia, grabación ou outros) sen autorización previa e por escrito dos titulares do copyright. A infracción dos ditos dereitos pode constituír un delito contra a propiedade intelectual.

Depósito legal: C 833-2023
ISBN: 978-84-126281-4-2

Impresión e encadernación: Tórculo Comunicación Gráfica, S. A.
Impreso na Galiza (España) - *Printed in Galicia (Spain)*

ÍNDICE

DE NARRATIVAS, TERRITÓRIOS E COMUNIDADES. MÉTODOS E CASOS	
<i>Roberto Samartim (GET-UDC / Rede Galabra) / Iria Caamaño Franco (GET-UDC)</i>	7
LA OBSOLESCENCIA ARQUITECTÓNICA Y SUS EFECTOS EN LA PERCEPCIÓN RESIDENCIAL: EL CASO DEL BARRIO DE RECIMIL EN LA CIUDAD DE FERROL (GALICIA, ESPAÑA)	
<i>Manuel Díaz Leira, Raimundo Otero-Enríquez, Estefanía Calo y Alberto Rodríguez-Barcón (GET-UDC)</i>	15
LA “FESTA DA FABA DE LOURENZÁ”, UN EJEMPLO DE PATRIMONIO CULTURAL INMATERIAL CON IMPACTO EN EL DESARROLLO LOCAL	
<i>Antonia Pérez-García (GET-UDC)</i>	51
CARTOGRAFÍA DIGITAL DE LA HOSPITALIDAD EN LA PROVINCIA DE LUGO: DEL CÓMO Y EL PARA QUÉ	
<i>Estefanía López Salas (GET-UDC)</i>	87
REDESCUBRIENDO LAS RELACIONES ENTRE EL CAMINO DE SANTIAGO Y SUS ACTORES IMPLICADOS: ILUSIONES, EXPECTATIVAS Y REALIDADES	
<i>Iria Caamaño Franco / María Andrade Suárez (GET-UDC)</i>	123

DO LITORAL AO TURÍSTICO-ECONÓMICO. PER- CEÇÕES E IDEIAS SOBRE O CAMINHO PORTUGUÊS DA COSTA DAS CÂMARAS MUNICIPAIS E ASSOCIAÇÕES <i>Carlos Pazos-Justo, Álvaro Iriarte Sanromán, Maria João Moreira, Inês Americano Lopes (Galabra UMinho)</i>	155
APROXIMAÇÃO A UMA ANÁLISE QUANTITATIVA- DEDUTIVA DE DADOS QUALITATIVOS-INDUTIVOS: BASE DE DADOS DE HÁBITOS DE CONSUMO DE VI- SITANTES EM SANTIAGO DE COMPOSTELA (GALIZA) <i>Emilio Carral, Marisa del Río Araújo, Elias J. Torres Feijó (Galabra USC).....</i>	181
ANÁLISE LEXICOMÉTRICA: ALGUMAS TÉCNICAS APLICADAS A ENTREVISTAS A VISITANTES DE SAN- TIAGO DE COMPOSTELA <i>Álvaro Iriarte (Galabra UMinho), Susana Sotelo (Galabra USC).....</i>	213
NOTA BIO-ACADÉMICA DE AUTORIAS	247

DE NARRATIVAS, TERRITÓRIOS E COMUNIDADES. MÉTODOS E CASOS

ROBERTO SAMARTIM
(GET-UDC / Rede Galabra)

IRIA CAAMAÑO FRANCO
(GET-UDC)

Este volume resulta da relação de colaboração estabelecida entre o Grupo de Estudos Territoriais da Universidade da Corunha (GET-UDC) e a Rede Galabra, nomeadamente neste último caso através dos seus grupos sediados na Universidade de Santiago de Compostela e na Universidade do Minho (USC e UMinho). Esta colaboração começa formalmente com a celebração em 3 de setembro de 2019 na Faculdade de Sociologia da UDC do Seminário de Investigación intitulado “O estudo da cultura e o território. Encontro GET-Galabra”¹, organizado pelas professoras Carmen Lamela e Iria Caamaño Franco (GET-UDC) e polo professor Roberto Samartim (GET-UDC e Galabra USC e UMinho). Durante este encontro de trabalho foram apresentadas investigações e discutidas metodologias, técnicas e ferramentas vinculadas ao estudo da natureza das relações entre as narrativas culturais e as identidades urbanas polo pessoal do GET (procedente das áreas da sociologia, a arquitetura, a geografia, o urbanismo e o turismo) e pelas pessoas da Rede Galabra que (desde os estudos da cultura, a linguística, a ecologia e a economia)

¹ <https://www.udc.gal/gl/novas/Simposio-sobre-o-estudo-da-cultura-e-o-territorio-un-encontro-entre-o-Grupo-de-Estudos-Territoriais-e-a-rede-Galabra/>

integravam o projeto “Narrativas, usos e consumos de visitantes como aliados ou ameaças para o bem-estar da comunidade local: o caso de Santiago de Compostela”².

Os resultados deste encontro constataram a comunidade de interesses de ambas as equipas, verificaram a existência de perspectivas, metodologias e até de casos de estudo comuns ou de interesse mútuo e, conseqüentemente, evidenciaram a possibilidade de serem estabelecidas sinergias de vários tipos e espaços estáveis de colaboração benéficos para ambos os grupos. Essa desejada abertura de espaços estáveis de colaboração materializa-se agora na publicação deste livro conjunto.

Para a preparação desta publicação (prevista inicialmente para dezembro de 2020 e adiada por causa da pandemia de COVID 19) foi realizado um segundo seminário de trabalho em 24 de novembro de 2021 sob o mesmo título que encabeça esta introdução, “De narrativas, territórios e comunidades. Métodos e casos”. Nele foram apresentadas, arguidas e discutidas colaborativamente as versões iniciais dos sete capítulos que finalmente compõem este volume, quatro deles elaborados por pessoas integradas no GET e três por pessoal vinculado à Rede Galabra.

O primeiro dos contributos que conformam este volume apresenta resultados da investigação realizada por uma equipa composta por Manuel Díaz Leira, Raimundo Otero-Enríquez, Estefanía Calo e Alberto Rodríguez-Barcón sobre a obsolescência arquitetónica e os seus efeitos na perceção residencial a partir do estudo do caso do bairro popular de Recimil, construído nos anos quarenta do século XX na cidade galega do Ferrol. A partir da exploração de um censo e de um inquérito elaborados para o caso, complementada com a análise de bibliografia secundária, este trabalho analisa como a obsolescência arquitetónica impacta na perceção habitacional da vizinhança de um bairro degradado de uma cidade galega cuja vida está condicionada pela crise industrial desde há décadas. O contributo contextualiza a história do bairro de Recimil, apresentando o seu retrato imobiliário

² Projeto financiado entre 2018 e 2022 polos fondos FEDER do Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades – Agencia Estatal de Investigación do Governo da Espanha (Ref: FFI2017-88196-R); <https://redegalabra.org/impactos-camino-comunidade-local-santiago-compostela/>

e sociodemográfico em relação com os pressupostos teóricos da obsolescência arquitetónica e com as ações urbanísticas implementadas nas últimas décadas pela administração municipal, atual proprietária dos prédios.

O texto conclui que a vulnerabilidade urbana do bairro de Recimil está determinada pela pauperização das condições de vida, o envelhecimento da população e a alta percentagem de desemprego e de habitações em estado ruinoso. De facto, os dados apontam para um alargando consenso na hora de relacionar a degradação urbana do bairro com o descenso da qualidade de vida das pessoas que o habitam. Delas, são as pessoas residentes mais novas e de etnia cigana quem mais abertamente declaram o desejo de acederem à propriedade das moradias, a necessidade de reabilitação tanto das edificações como dos espaços comuns e, em última instância, a urgência na implementação de políticas públicas apropriadas para garantir a habitabilidade do bairro de Recimil.

Da autoria de Antonia Pérez García, o segundo contributo deste volume aborda um caso relativamente exitoso de aproveitamento turístico a partir da patrimonialização de um produto agrícola próprio da comarca galega da Marinha luguesa (a fava de Lourenzá). O texto analisa o caso da “Festa da Faba de Lourenzá” por meio de uma investigação de tipo descritivo-explicativo, com aplicação de uma metodologia basicamente qualitativa, com entrevistas em profundidade e análise de conteúdo das notícias locais e das webs institucionais.

O capítulo documenta a perceção deste evento gastronómico —que acaba por congrega atividades culturais, lúdicas e folclóricas— polos vários agentes envolvidos, que consideram o seu impacto como positivo para a localidade e a comarca em relação com os planos do turismo, a identidade própria e o desenvolvimento local. Assim, ao lado do impacto no desenvolvimento local referenciado sobretudo no aspeto económico, esta festa é percebida como um motor para a promoção gastronómica da restauração local e a geração de visitas turísticas desestacionalizadas ao longo de todo o ano, assim como um evento que contribui para o reforçamento do orgulho e da sensação de pertença, nomeadamente, das pessoas agricultoras produtoras da leguminosa.

Já em relação com os estudos sobre o Caminho de Santiago, o terceiro capítulo do volume, da autoria de Estafanía López Salas, ocupa-se da cartografia digital da hospitalidade em uma região da Galiza a partir dos dados tirados da pergunta número trinta do *Interrogatorio del Catastro del Marqués de la Ensenada*, elaborado a meados do século XVIII nos territórios que pertenciam na altura à Coroa de Castela; este censo contém também nos seus múltiplos expedientes, portanto, a imagem escrita da rede hospitalar existente nessa época no Reino da Galiza. Em concreto, o trabalho apresenta o método e os resultados atingidos com o mapeamento web e a análise das respostas dadas à pergunta número trinta deste catastro, que foca a existência, qualidade, renda e mantimentos dos hospitais ativos em cada freguesia para aquelas instituições hospitalares localizadas nos limites atuais da província de Lugo.

Realizada dentro do projeto Mapping Hospitals³, esta pesquisa parte do conceito medieval de hospital, como lugar frequentado por pessoas pobres, peregrinas, doentes ou em trânsito, e estuda a hospitalidade a partir de uma abordagem global, comparativa e relacionada com o território e seu contexto, cartografando a rede de instituições ao serviço da caridade existente neste território da Galiza em uma época tradicionalmente marginalizada nos estudos sobre a peregrinação a Santiago de Compostela. O trabalho combina métodos digitais de visualização e mapeamento web interativo com o recurso a fontes textuais para obter uma compreensão integral do complexo sistema hospitalar desta região galega, e demonstra a existência de uma rede que conectava hospitais a menos de uma jornada de viagem em uma zona alargada das antigas províncias galegas de Mondonhedo e Lugo. Esta rede hospitalar estava ao serviço dos caminhos de peregrinação e atendia as populações e a sua contorna. Nalguns lugares, a ausência de hospitais para uma distância acorde com um dia de viagem pode apontar tanto para o decaimento desta rede em rotas relativamente secundárias de peregrinação como explicar, também e por contraste,

³ Projeto financiado por uma Bolsa de Investigación sobre o Camiño de Santiago e as Peregrinacións, outorgada em junho de 2018 pola Cátedra do Camiño de Santiago e das Peregrinacións da Universidade de Santiago de Compostela; https://mappinghospitals.udc.es/index_gl.html

a continuidade no tempo da importância histórica do Caminho Francês.

Os contributos procedentes do GET encerram com o capítulo da autoria de Iria Caamaño Franco e María Andrade Suárez sobre o impacto no desenvolvimento rural do Caminho de Santiago e a análise das principais perceções e interpretações dos atores envolvidos, que nem sempre compartilham objetivos e interesses, relativamente à eventual reavaliação ou reativação após a pandemia de COVID19 de uma Rota de Peregrinação que é, igualmente, também um produto turístico consolidado: o Caminho Francês a Compostela. A partir de uma metodologia qualitativa baseada em dez entrevistas em profundidade a atores turísticos estratégicos com vinculação com o aproveitamento turístico do Caminho Francês (responsáveis políticos em diferentes níveis administrativos, profissionais do setor público e privado, residentes e caminhantes), o trabalho tem uma natureza exploratória e o objetivo de avançar no conhecimento da valorização e do potencial desta rota como fator de desenvolvimento local, assim como hipotetizar sobre o apoio, a escala local, da evolução atual deste caminho, também com a finalidade de identificar os aspetos mais problemáticos do ponto de vista das partes envolvidas.

Os resultados das entrevistas em profundidade realizadas permitem observar tanto as dificuldades na interação dos diferentes setores envolvidos como a predisposição para a sua superação e a procura de soluções consensuadas por meio da cooperação e a colaboração. Além disto, evidencia-se um alargado consenso entre todos os agentes entrevistados no sentido de perceberem maiores benefícios que prejuízos no território rural por onde passa o Caminho Francês. Ainda sem ser possível estabelecer pautas comuns para todas as comunidades atravessadas pelo Caminho, toda a vez que ele está em graus de aproveitamento e institucionalização diferentes, a perspetiva económica é a mais destacada nos depoimentos que sustentam esta investigação, no sentido de o Caminho ser percebido como um produto turístico de elevado impacto e com potencialidade para gerar riqueza, emprego e fixar população no rural galego. Em menor medida, as pessoas entrevistadas referem a perspetiva simbólica, patrimonial e social do Caminho, visualizando-o como promotor de consciência ambiental e territorial e, também, como um meio capaz

de promover no exterior a cultura e a imagem dos territórios rurais por onde passa. Ao lado destes, os resultados alertam também para a situação de turistificação gerada pelo aumento de pessoas visitantes no Caminho Francês a Compostela, o que é entendido como um risco para sua sustentabilidade como recurso turístico massivo.

Os contributos procedentes de Galabra, por sua vez, dizem respeito também a este bloco temático central dedicado aos estudos sobre os Caminhos de Santiago. Em primeiro lugar, as Políticas públicas e associativas identificadas no Caminho Português da Costa são atendidas no capítulo assinado por pessoal do Grupo Galabra da Universidade do Minho. Assim, considerando o processo em curso de maior notoriedade pública dos Caminhos de Santiago em Portugal em várias dimensões e partindo da hipótese de haver um crescimento significativo do interesse entre entidades públicas e privadas na sua promoção e desenvolvimento, o trabalho assinado por Carlos Pazos-Justo, Álvaro Iriarte Sanromán, Maria João Moreira e Inês Americano Lopes, pretende avançar no conhecimento sobre o estado de tal processo relativamente ao Caminho Português da Costa, aquele que tem experimentado na última década, em termos quantitativos, um aumento exponencial de pessoas peregrinas e de visibilidade nacional e internacional.

Através do recurso à consulta da bibliografia existente sobre este itinerário e, sobretudo, da elaboração e implementação de questionários a agentes políticos e associativos previamente identificados, o contributo avança no conhecimento das linhas de força das políticas públicas dos dez municípios atravessados por este percurso dos Caminhos a Santiago e identifica as finalidades, ideias e ações das entidades associativas vinculadas com esta rota. Neste sentido, o trabalho conclui que existe um alargado consenso na secundarização do elemento religioso e no entendimento do Caminho Português da Costa como muito positivo para o desenvolvimento das comunidades locais (ignoradas, aliás, na planificação e implementação de políticas públicas), mas face à orientação central turístico-económica presente nos municípios, a dimensão cultural-patrimonial é objeto de generalizada reivindicação da parte das associações, que pretendem preencher de conteúdo cultural/patrimonial o itinerário em foco.

Ainda vinculado às investigações sobre os Caminhos a Santiago, o seguinte contributo abre um bloco de natureza mais claramente metodológica e está assinado por Emilio Carral Vilariño, Marisa del Río Araújo e Elias J. Torres Feijó. Nele é analisada, de uma perspectiva dedutiva, uma seleção da base de dados composta pelos 2.081 inquéritos realizados, no período de março de 2013 a março de 2014, a visitantes procedentes da Galiza, Espanha, Portugal e o Brasil dentro dos dous projetos de investigação sobre os impactos do Caminho de Santiago na comunidade local compostelana desenvolvidos por uma equipa da Rede Galabra na última década. Com o objetivo de avaliar a possibilidade de extrair uma maior informação com significação estatística mediante a validação de blocos temáticos aplicando a prova de Crombach e análise da variância, esta abordagem analisa um total de 5.245 respostas que fazem referência a hábitos de consumo de visitantes em relação com os campos temáticos dos produtos gastronómicos (que compram, onde compram, qualidade e tipo de oferta), os *souvenirs* (compra prevista, compra realizada, local onde foi realizada a compra e qualidade e tipo de oferta) e as fontes de informação utilizadas na visita a Compostela (mapas e guias consultados).

Aplicando o modelo neutro, que considera todas as variáveis equivalentes e que não faz diferença para o significado estatístico, o trabalho estuda a correspondência entre número de inquéritos, equilíbrio no número de respostas e significação estatística (análise quantitativa), destaca que variáveis não estatisticamente significativas podem ser consideradas representativas (análise qualitativa) a partir da medição das distancias entre percentagens de respostas positivas e negativas por item perguntado, comprova a homogeneidade da informação agrupada nos blocos construídos pola aproximação indutiva e, posteriormente, desenvolve uma comparação por pares, entendendo cada item do bloco como réplicas estatísticas.

O contributo que encerra o volume, por seu lado, aplica algumas metodologias e técnicas próprias da lexicometria a um corpus de 222 entrevistas realizadas a visitantes procedentes da Galiza, Espanha, Portugal e Brasil no âmbito dos referidos projetos de investigação de Galabra sobre os impactos do Caminho na comunidade local de Compostela. Estas entrevistas foram transcritas, codificadas em XML, etiquetadas automaticamente (com revisão manual) e analisadas para

este trabalho por Álvaro Iriarte e Susana Sotelo com uma combinação de técnicas e ferramentas automáticas, semiautomáticas e manuais próprias do Processamento de Linguagem Natural (PNL).

Para além dos quatro subgrupos relativos aos países de procedência, as técnicas de lexicometria utilizadas permitem construir vários perfis de viajantes a partir dos dados escolhidos das pessoas entrevistadas (peregrinas/não peregrinas; género; nível de estudos; idade). As propostas metodológicas apresentadas para a extração de conhecimento a partir de dados não estruturados provenientes das transcrições de entrevistas a visitantes (incluindo também turistas e pessoas peregrinas) da cidade de Santiago de Compostela, combinando técnicas e ferramentas de PNL com a análise manual ou semiautomática, permite também retirar informação em forma de termos, ou candidatos a termos, que ajudam a criar categorias, ou verificar categorias previamente definidas, relevantes na análise de grandes volumes de corpora textuais, tal como verificado com as explorações feitas neste estudo de caso.

São apresentados neste volume, então, alguns exemplos dos resultados das investigações desenvolvidas por agentes vinculados a equipas do GET e de Galabra em universidades públicas do espaço galego-português. Vinculados com os estudos sobre a habitabilidade das cidades, o aproveitamento turístico (com as oportunidades e ameaças que ele supõe) e, nomeadamente, com os impactos passados e presentes do fenómeno dos Caminhos a Santiago nas comunidades por eles atravessadas, os trabalhos recolhidos neste livro pretendem contribuir, enfim, para um duplo objetivo. Por um lado, para testar e divulgar abordagens, técnicas e métodos que possam eventualmente servir de modelos para investigações similares desenvolvidas no presente ou no futuro desde o âmbito académico e, por outro lado, para gerar um tipo de conhecimento capaz de ser aproveitado por agentes (localizados quer nas instituições quer nas comunidades) com responsabilidades na planificação e no desenho de políticas públicas.

DO LITORAL AO TURÍSTICO-ECONÓMICO. PERCEÇÕES E IDEIAS SOBRE O CAMINHO PORTUGUÊS DA COSTA DAS CÂMARAS MUNICIPAIS E ASSOCIAÇÕES¹

CARLOS PAZOS-JUSTO
ÁLVARO IRIARTE SANROMÁN
MARIA JOÃO MOREIRA
INÊS AMERICANO LOPES
(Galabra UMinho)

1. INTRODUÇÃO

Na Galiza, os Caminhos de Santiago começaram a despertar o interesse de vários atores locais e internacionais durante a década de 80 do século passado; em Portugal, as ações de planificação, promoção e divulgação

¹ Este trabalho é resultado do projeto “Os Caminhos de Santiago em Portugal. Políticas públicas e associativas no Caminho Português da Costa” financiado pela Cátedra Institucional do Caminho de Santiago e das Peregrinacións da Universidade de Santiago de Compostela, no âmbito da Convocatoria de 21 proxectos de investigación, difusión e didáctica sobre o Camiño de Santiago e as Peregrinacións a Compostela, que desenvolveu a linha de pesquisa encetada por Americano Lopes (2020). Desenvolvido entre fevereiro e maio de 2021, este projeto teve como objetivo avançar no conhecimento acerca do estado dos caminhos de Santiago em Portugal, conhecer genericamente as políticas públicas e privadas em torno dos mesmos, identificar os diferentes agentes envolvidos no desenvolvimento do Caminho Português da Costa e contribuir para uma planificação cultural eficiente e sustentável dos caminhos de Santiago.

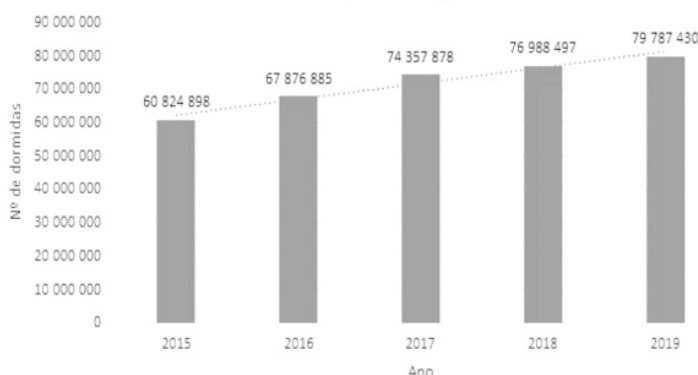
tiveram início, em termos gerais, bem mais tarde, durante, *grosso modo*, a primeira década do presente século. Se no caso galego, o *Xacobeo 93* – «vehículo y expresión máxima del desarrollo turístico de Galicia» (Santos Solla, 1999: 116) – significou o primeiro megaevento de projeção da *reinvenção* dos Caminhos de Santiago, designadamente do Caminho Francês, no caso português, no nosso entender, será com a publicação no *Diário da República* do Decreto-Lei nº 51/2019, de 17 de abril (que “Regula a valorização e promoção do Caminho de Santiago, através da certificação dos seus itinerários”) quando de alguma forma se institucionalizam os Caminhos de Santiago mediante políticas públicas concretas, visibilizando-o e, mais importante, regulamentando o desenvolvimento em curso dos vários itinerários lusos. Caberia hipotetizar, diga-se de passagem, o *tardio* interesse do Estado Português pelos Caminhos de Santiago como consequência das particulares relações dos dois estados peninsulares durante a Época Contemporânea; ou o facto de as primeiras iniciativas de desenvolvimento surgirem tendencialmente no Norte, longe, portanto, do centro económico e político que Lisboa representa para Portugal. Seja como for, a partir da primeira década do século XXI, os Caminhos de Santiago começaram a ser objeto da atenção de diferentes atores, em regra, de dimensão local e regional, com destaque para as associações e os municípios.

Por seu turno, os Caminhos de Santiago em Portugal foram progressivamente objeto de atenção em diversos trabalhos, muitos de natureza académica. Entre outros: no âmbito da antropologia, Gomes (2012 e 2017), Catarina Mendes (2009) ou Barbosa Gonçalves (2012); na historiografia, Moreno (1986), Antunes Silva (2004) ou Marques (2006); para o turismo cultural e religioso, Fontoura Nadais (2010), Paiva Alves (2012), Pereira Martinho (2014) ou Fernandes Duarte (2016); no marketing, Lopes Antunes (2016) e Sousa *et al.* (2017). Merece especial atenção a pesquisa desenvolvida pelo professor Xerardo Pereiro, em grande parte centrada no Caminho Português do Interior: Pereiro (2009, 2017 e 2019); Pereiro e Fernandes (2018) e Bernardo e Pereiro (2020).

Paralelamente ao progressivo interesse pelos itinerários jacobeus, cabe assinalar o notório crescimento do sector do turismo que, sobretudo, no Sul, nas grandes cidades (Lisboa e Porto, designadamente)

e, em geral, na faixa litoral, está a converter-se num elemento central da vida económica (e social) dos territórios (*vid.* Gráfico 1).

Gráfico 1. Número de dormidas em alojamentos turísticos coletivos em Portugal (2015-2019).



Fonte: PORDATA (<https://pordata.pt>).

Neste quadro, foram vários os itinerários que começaram a ser objeto de ações de sinalização e divulgação, designadamente: o Caminho Português Central (Lisboa-Coimbra-Porto-Valença-Santiago de Compostela), o Caminho do Interior (Viseu-Chaves-Ourense-Santiago de Compostela), o Caminho de Torres (Salamanca-Braga-Valença-Santiago de Compostela) e o Caminho Português da Costa (Porto-Caminha/Valença-Santiago de Compostela).

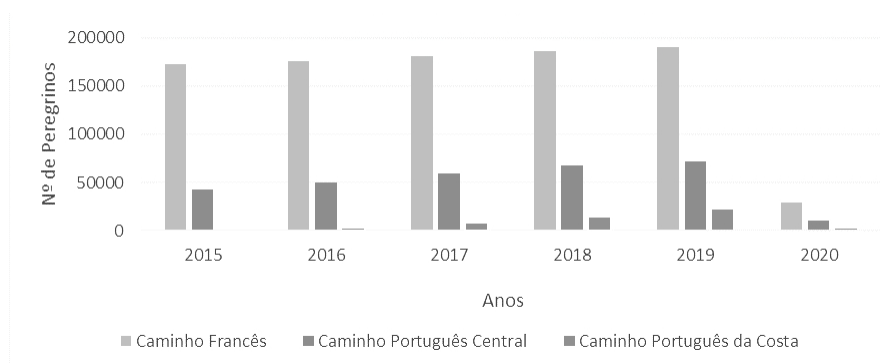
A aprovação do Decreto-Lei nº 51/2019, de 17 de abril, significa um impulso estatal decisivo no processo de institucionalização dos vários itinerários (e, de alguma forma, na fixação dos traçados, motivo de disputa relativamente frequente entre diferentes atores; Gomes 2012). O primeiro tramo a ser certificado, sob as regras do Diploma mencionado, foi, em março de 2021, o “Caminho Português de Santiago Central - Alentejo e Ribatejo”². Por outro lado, poucos anos antes, em 2016, os “Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago de Compostela” passaram a integrar (junto a outros 20 “bens”) a Lista Indicativa de Portugal ao Património Mundial elaborada pela Comissão Nacional

² Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=certificado-o-primeiro-caminho-portugues-de-santiago> (acesso em 15/06/2022).

da UNESCO³. Sendo que, segundo Gomes (2017: 17), a iniciativa teria partido, em 2009, da Associação Espaço Jacobeus, e só em 2015, com o envolvimento de mais atores, é que a proposta para a candidatura ao Património da Humanidade teve eco perante as entidades estatais.

Durante os últimos anos, verifica-se um aumento continuado do número de pessoas peregrinas portuguesas e estrangeiras (*vid.* Gráfico 2) a frequentarem as rotas portuguesas (até o ano de 2020 em que, por causa da pandemia da COVID-19, houve um decréscimo muito acentuado). No seu conjunto, segundo dados da Oficina del Peregrino, as rotas portuguesas contribuíram com 27,23% do fluxo total de peregrinos que chegaram a Santiago de Compostela em 2019, sendo em todo o período 2015-2020 o Caminho Português Central o segundo grande itinerário.

Gráfico 2. Fluxo de peregrinos (2015-2020).



Fonte: *Elaboração própria a partir dos dados da Oficina del Peregrino.*

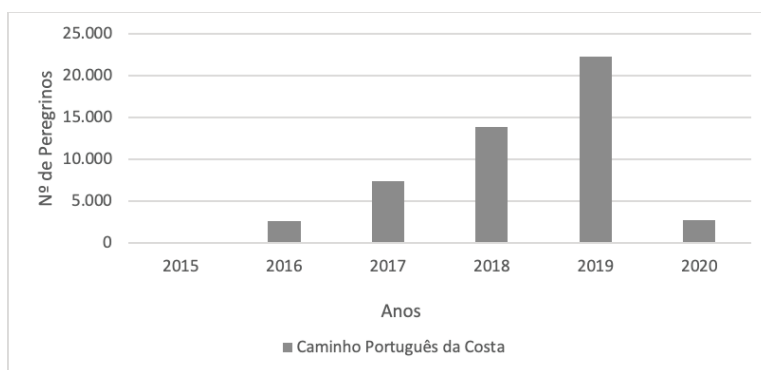
Já o Caminho Português da Costa (doravante CPC), objeto de análise aqui, foi alvo de um projeto singular porquanto implicou a aliança de dez municípios (prática porventura menos frequente no Portugal atual) interessados no desenvolvimento deste itinerário: “Valorização dos Caminhos de Santiago — Caminho Português da Costa” (2015-2019). Com início na cidade do Porto e término no município de Valença, o CPC está inserido na dimensão Territorial da Região do Norte de Portugal (NUT II), constituindo-se como o

³ Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/tentativelists/6222/> (acesso em 15/06/2022).

itinerário jacobeu mais ocidental da região norte portuguesa. Com a sua origem atribuída à Baixa Idade Média, possui uma extensão, em solo português, de 149,5 km.

O CPC, como se pode apreciar no Gráfico 3, foi o percurso declarado por 22.292 peregrinos em 2019, constituindo-se como o terceiro grande caminho ultrapassado somente pelo Caminho Francês e pelo Caminho Português Central, respetivamente.

Gráfico 3. Fluxo de peregrinos no CPC (2016-2020).

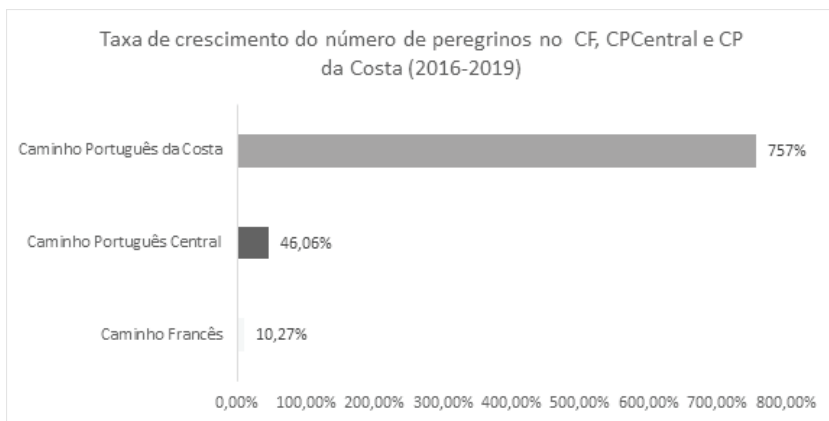


Fonte: *Elaboração própria a partir dos dados da Oficina del Peregrino*⁴.

Estes dados, na nossa perspetiva, parecem evidenciar uma tendência de singular relevância em várias dimensões, nomeadamente no que diz respeito a que o CPC foi o itinerário a Santiago de Compostela que experimentou elucidativamente um maior crescimento de peregrinos entre 2016 e 2019 (*vid.* Gráfico 4) se comparado com o Caminho Francês e o Caminho Português Central.

⁴ Para o CPC a Oficina del Peregrino apenas disponibiliza dados a partir de 2016, altura em que a Xunta da Galiza (governo autónomo galego) reconhece este Caminho como um itinerário oficial de peregrinação, o que interpretamos como uma evidência da recente estabilização e visibilidade deste itinerário.

Gráfico 4. Taxa de crescimento do número de peregrinos do Caminho Francês, do Caminho Português Central e do CPC (2016-2020).



Fonte: *Elaboração própria a partir dos dados da Oficina del Peregrino.*

2. METODOLOGIA

No projeto “Os Caminhos de Santiago em Portugal. Políticas públicas e associativas no Caminho Português da Costa” desenvolvemos uma abordagem qualitativa e quantitativa. A investigação está ancorada em 2 inquéritos (para os municípios e para as associações), constituídos por perguntas abertas e fechadas, que foram elaborados de forma a permitir a comparação entre as perceções dos dois tipos de entidades inquiridas. Para tal, os inquéritos estavam conformados por 5 blocos temáticos (*vid.* Figura 1, onde, a modo ilustrativo, exemplificamos com duas perguntas do inquérito cada bloco temático do questionário aos municípios)⁵.

⁵ Para a elaboração dos inquéritos e codificação dos dados obtidos contamos com o apoio do Dr. Luís Cuntín (consultor em investigação social e de mercado).

Imagem 1. Blocos temáticos dos inquéritos.

POLÍTICA CULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> • P.1. Quais os grandes objetivos em matéria cultural? • P.5. Qual o papel/ envolvimento das comunidades na política cultural da Câmara?
O ENTENDIMENTO DOS CAMINHOS DE SANTIAGO GRANDES OBJETIVOS - PERCEÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • P.8. Quais são os valores fundamentais associados aos Caminhos de Santiago? • P.15. Considera que o Decreto-Lei n.º 51/2019 de 17 de abril – Certificação do CS - teve algum impacto no desenvolvimento e/ou gestão do CPC?
AÇÕES DESENVOLVIDAS	<ul style="list-style-type: none"> • P.32. Quais os principais obstáculos identificados na implementação das ações desenvolvidas? • P.35. Quais as infraestruturas e recursos criados para o CPC de entre os que aponto a seguir?
AÇÕES A DESENVOLVER	<ul style="list-style-type: none"> • P.45. Quais os objetivos nesse curto ou médio prazo? • P.50.1. Quais são os impactos positivos que o desenvolvimento do CPC pode no futuro implicar para a sua autarquia?
PARCERIAS	<ul style="list-style-type: none"> • P.53. De facto, quais são os parceiros com os quais têm trabalhado mais estreitamente? • P.57. a. Como valora a adesão da comunidade local?

Fonte: *Elaboração própria.*

Em função das limitações impostas pela situação epidemiológica, os dois inquéritos foram aplicados à distância (via Zoom) por dois membros da equipa de investigação: o inquérito às Câmaras Municipais entre 18/03/2021 e 16/04/2021, consoante a disponibilidade da pessoa representante de cada câmara municipal (*vid.* Tabela 1).

Tabela 1. Implementação de inquéritos a câmaras municipais.

Câmara municipal	Data do inquérito	Perfil pessoa inquirida
CM Porto	12/04/2021	Membro executivo camarário
CM Matosinhos	25/03/2021	Membro executivo camarário
CM Vila do Conde	1/04/2021	Técnico camarário
CM Maia	20/03/2021	Técnico camarário
CM Póvoa do Varzim	30/03/2021	Membro executivo camarário
CM Esposende	16/04/2021	Técnico camarário
CM Viana do Castelo	12/03/2021	Membro executivo camarário
CM Caminha	20/03/2021	Membro executivo camarário
CM Vila Nova de Cerveira	18/03/2021	Membro executivo camarário
CM Valença	15/04/2021	Técnica camarária

Fonte: *Elaboração própria.*

O inquérito às associações decorreu entre 20/04/2021 e 13/05/2021, igualmente em data adequada para a pessoa representante de cada Associação (*vid.* Tabela 2). Por outro lado, as associações inquiridas dividem-se, de acordo com a sua dimensão territorial, em locais e nacionais, das quais, 6 são locais e 4 de âmbito nacional, não tendo sido identificadas, no momento da pesquisa, nenhuma associação regional ativa. A criação da primeira associação remonta ao ano 1985, com o surgimento do Centro de Estudos Jacobeus – Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela, seguindo-se pela Associação Espaço Jacobeus (AEJ), no ano 2004 e, pela Associação dos Amigos do Caminho de Santiago de Viana do Castelo, em 2005. No seu conjunto, a maior parte das associações (7 em 10) começou a sua atividade em 2010 ou em data posterior, sendo que apenas 4 desenvolvem a sua atividade especificamente à volta do CPC.

Tabela 2. Implementação de inquéritos a associações.

Associação	Data do inquérito	Perfil pessoa inquirida
Associação dos Amigos do Caminho de Santiago de Viana do Castelo	05/05/2021	Presidente
Associação Apoio Peregrino Caminho Português da Costa	04/05/2021	Presidente
Associação Espaço Jacobeus	20/04/2021	Presidente
Via Veteris - Associação Jacobeia de Esposende	23/04/2021	Presidente
Associação de Hospitaleiros Ventos Peregrinos	30/04/2021	Secretária
Via Portus Cale - Ass. Intern. de Companheiros nos Caminhos de Santiago	05/05/2021	Membro da direção
Centro de Estudos Jacobeus - Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela	28/04/2021	Membro da direção
Federação Portuguesa do Caminho de Santiago	26/04/2021	Presidente
Associação Monasterium de Leça do Balio	13/05/2021	Coordenadora
Associação de Peregrinos Via Lusitana	03/05/2021	Presidente da direção

Fonte: *Elaboração própria.*

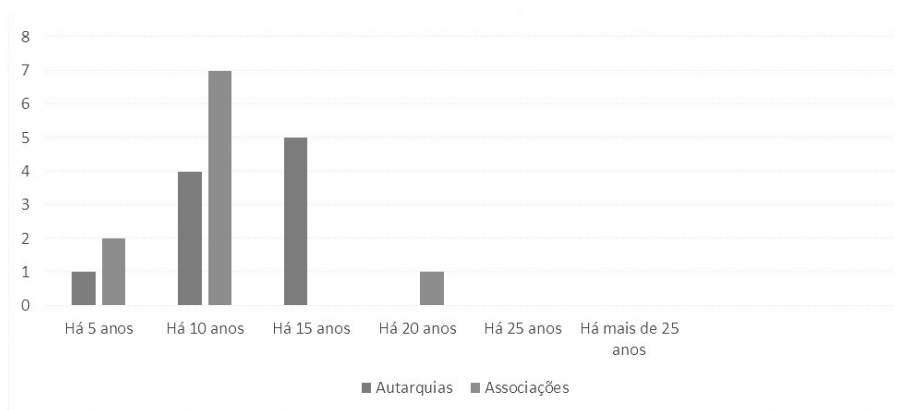
Nas páginas seguintes, a partir do projeto “Os Caminhos de Santiago em Portugal. Políticas públicas e associativas no Caminho Português

da Costa” (*cf.* nota 1) tentaremos identificar e analisar as percepções e ideias das 10 câmaras municipais envolvidas no desenvolvimento do CPC assim como das associações a ele vinculadas. A análise alicerça-se igualmente em diferentes contributos, nomeadamente os desenvolvidos no âmbito dos projetos “Discursos, imagens e práticas culturais sobre Santiago de Compostela como meta dos Caminhos” (2011-2017) (Ref.: FFI2012-35521) e “Narrativas, usos e consumos de visitantes como aliados ou ameaças para o bem-estar da comunidade local: o caso de Santiago de Compostela” (2018-2021) (Ref.: FFI2017-88196-R)⁶. Assim para o entendimento das narrativas sobre os Caminhos de Santiago: Torres Feijó (2011 e 2014); Bello Vázquez (2015); e Fernández e Samartim (2016); para a análise das comunidades, turismo e políticas públicas: Torres Feijó (2015a, 2015b e 2019); Pazos-Justo, del Río e Samartim (2018) e Freitas, Pazos-Justo e Samartim (2021).

3. RESULTADOS SOBRE AS PERCEÇÕES DAS CÂMARAS MUNICIPAIS E ASSOCIAÇÕES

Em função das respostas de municípios e associações (*vid.* Gráfico 5), podemos situar em finais da primeira década do presente século (ca. 2009, como data de referência) o início do interesse pela dinamização do CPC. De facto, as entidades inquiridas assinalaram o período que vai de 2006 até 2015, especialmente no caso das autarquias, como o de início das ações concretas focadas no desenvolvimento do CPC.

⁶ Ambos os projetos dirigidos pelo Professor Elias Torres Feijó, contaram/contam com a participação de 2 dos autores deste trabalho, Álvaro Iriarte e Carlos Pazos-Justo. Veja-se, para consulta de alguns resultados desta linha de pesquisa, Samartim e Pazos-Justo 2020.

Gráfico 5. Início do interesse pelo CPC.

Fonte: *Elaboração própria.*

Poucos anos mais tarde, como já foi indicado, os dez municípios atravessados por este itinerário, liderados pela Câmara Municipal de Viana do Castelo, avançaram com o projeto “Valorização dos Caminhos de Santiago – Caminho Português da Costa” (2015-2019), que foi dotado de um orçamento total de 2.157.784,76 € (dos quais até um 85% financiado pelo Fundo Europeu de Financiamento Regional [FEDER]). O projeto tinha por objetivos:

Qualificar os ativos histórico-culturais públicos com vocação turística, contribuindo para o enriquecimento da oferta turística regional e para o desenvolvimento do “turismo cultural”, potenciando a atração de turistas nacionais e estrangeiros de proveniências muito diversificadas, aumentando, assim, a sustentabilidade, a médio e longo prazo, de uma tipologia de turismo, que manifesta indicadores robustos de crescimento⁷.

⁷ A citação é transcrição da informação disponibilizada pela Câmara Municipal do Porto (<https://www.cm-porto.pt/files/uploads/cms/cmp/134/files/1556/ficha-final-santiago-norte-04-2114-feder-000138-1.pdf> ; acesso em 15/06/2022). Apontamos que, durante a pesquisa realizada, não foi possível aceder a informação detalhada sobre o projeto em questão, apesar de ter sido solicitada. No mesmo documento, são ainda indicadas as seguintes “atividades”:

A presente Operação traduzirá numa notável melhoria das condições oferecidas pelo Caminho Português da Costa e irá refletir-se de uma forma muito positiva sobre a opinião que os peregrinos têm deste itinerário. O Plano de Comunicação além de prever ações de comunicação de massas prevê a utilização das novas formas de comunicação através das redes sociais e dos novos “fazedores de opinião” que

O projeto em questão foi precedido, em todo o caso, por uma outra iniciativa intermunicipal, “Caminhos de Santiago: O Caminho Português da Costa”, com data de 2010:

projecto intermunicipal para reconhecimento e qualificação do Caminho Português da Costa, mediante acções de Identificação e regulação do traçado, da disponibilidade de informação e sinalização do Caminho em todos os municípios, a consulta de informação histórica para contextualizar os bens culturais ligados ao Caminho e a promoção turística, cultural e social (Hidria, 2017: 44)⁸.

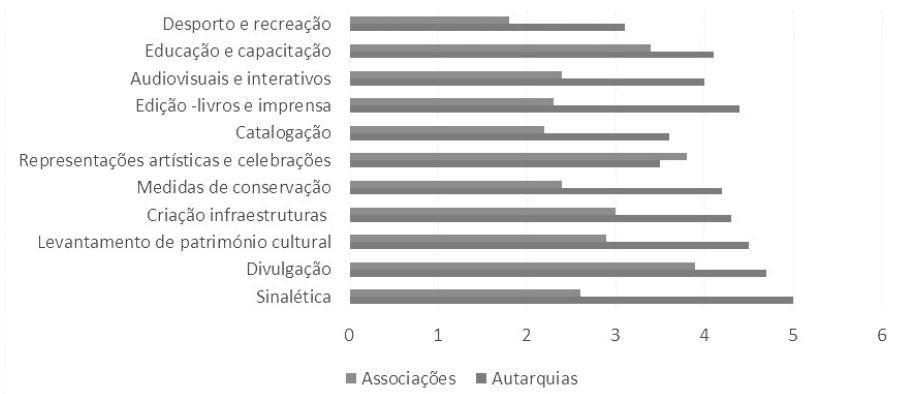
A partir de fins da primeira década do século XXI e até ao presente, as câmara>s municipais e associações, promoveram diversas ações no CPC (*vid.* Gráfico 6): com destaque (i) as vinculadas à sinalização do itinerário, à divulgação, ao levantamento do património cultural e à edição de diversos materiais, no que diz respeito aos municípios⁹; (ii) já as entidades associativas consultadas, destacaram as atividades de divulgação, as representações artísticas e celebrações, entre outras.

são os “bloggers”. O conjunto transversal de Equipamento de Sinalética, visam dar uma imagem uniforme, normalizada e fluente da sinalização em todo o percurso do Caminho Português da Costa. O conjunto de ações designadas “Sons do Caminho” pretendem ser mais do que uma designação, um conceito. Peregrinar é sentir e fruir o espaço em todo o seu esplendor. Os “Sons do Caminho” querem construir uma rede de eventos que animem, que deem notícia, que promovam a integração do caminheiro com o autóctone. As ações de recuperação e valorização de sítios e outro patrimonial cultural, possibilitaram a fruição do valor em causa, quer pela recuperação e/ou salvaguarda, quer pela sua interpretação e a criação, recuperação ou apetrechamento de infraestruturas e equipamentos que permitem tornar o Caminho mais atrativo e utilizável, visando contribuir para uma consolidação do património comum que é o Caminho Português da Costa.

⁸ *Cfr.* <https://www.cm-pvarzim.pt/noticias/seminario-internacional-caminhos-de-santiago-o-caminho-portugues-da-costa/> (acesso em 15/06/2022).

⁹ No âmbito do projeto “Valorização dos Caminhos de Santiago — Caminho Português da Costa”, foram publicados dois volumes, *Caminhos de Santiago. Caminho Português da Costa* (VV.AA. 2017a) e *Caminho Português da Costa. Estudos* (VV.AA. 2017b); lançaram também uma página web conjunta, <http://www.caminhoportuguesdacosta.com/pt> (acesso em 15/06/2022).

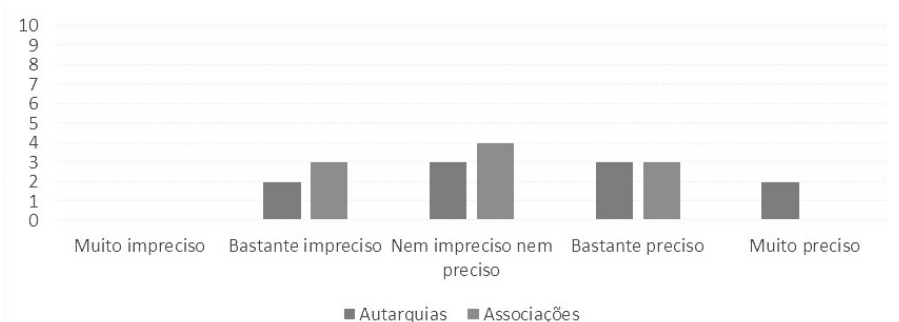
Gráfico 6. Importância das ações desenvolvidas no CPC.



Fonte: *Elaboração própria.*

Apesar de tanto municípios como associações assinalarem a divulgação como um âmbito de atuação privilegiado, indicam uma perceção difusa do conhecimento prévio do território por parte dos peregrinos (*vid.* Gráfico 7). Mais em detalhe: dimensões como a ‘História’ local (2,55 sobre 5) ou ‘Língua portuguesa’ (2,2 sobre 5) são percebidas como as menos conhecidas; por seu turno, sem atingir o patamar máximo (‘muito conhecimento’ = 5), os elementos mais conhecidos para as pessoas peregrinas seriam o “Espaço e paisagem” e “Espiritualidade” locais. Alguns dos inquiridos chegaram a afirmar a necessidade de promover narrativas de divulgação próprias face outros discursos (guias, etc.) de elaboração exterior ao território e às suas comunidades.

Gráfico 7. Perceção do conhecimento prévio do território por parte das pessoas peregrinas.

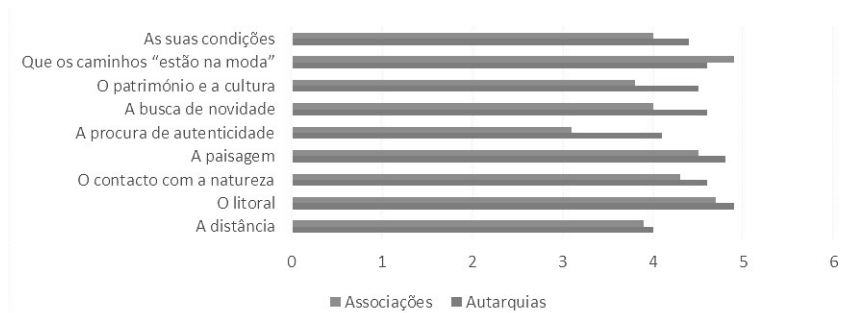


Fonte: *Elaboração própria.*

Numa outra perspetiva, confrontados com uma série de parâmetros (*vid.* Gráfico 8) propostos para identificar os motivos da procura do CPC por parte dos peregrinos, as entidades inquiridas destacaram (numa escala de 1 a 5) o “litoral”, a “paisagem” e “que os caminhos estão na moda”; destacaram expressivamente menos, especialmente as associações, “a procura da autenticidade”, o que, de alguma forma, parece espelhar o entendimento de o CPC ser um itinerário não diferenciado pelo sua dimensão histórica ou patrimonial. Neste sentido, uma das pessoas representantes de uma das câmaras municipais estabeleceu uma diferença entre o “Caminho dos puristas”, o Caminho Português Central (entendido, este sim, com uma maior dimensão histórico-patrimonial), e o “Caminho contemporâneo”, o CPC. Paralelamente, até 3 municípios deram notícia de iniciativas cujo objetivo é dotar o itinerário em análise de conteúdo cultural/patrimonial¹⁰.

Quanto às motivações das pessoas peregrinas e perante um conjunto de 7 parâmetros¹¹, as autarquias destacam a “espiritualidade”, a “cultura” e, em terceiro lugar, a “aventura”; para as associações, as 3 motivações de maior relevo são “espiritualidade”, “lazer/férias” e, no mesmo nível, “cultura” e “aventura”.

Gráfico 8. Elementos que contribuem para a visibilidade e procura do CPC.



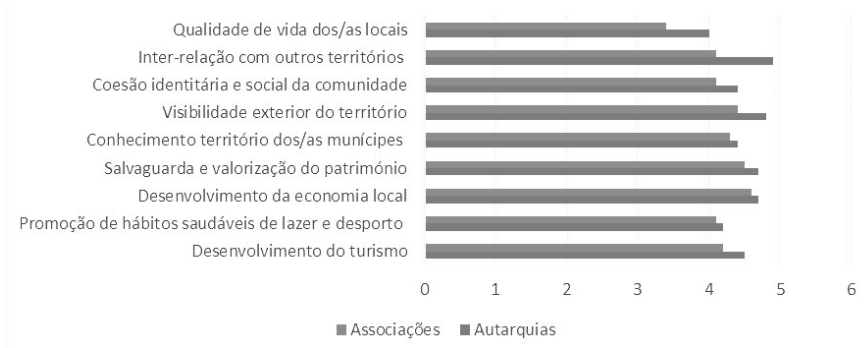
Fonte: *Elaboração própria*

¹⁰ Um exemplo modelar é o festival “Festa da História — Caminhos de Santiago” de Esposende (1ª edição em 2017).

¹¹ “Lazer/férias”, “Investigação/estudos”, “Aventura”, “Desporto”, “Cultura”, “Religião” e “Espiritualidade”.

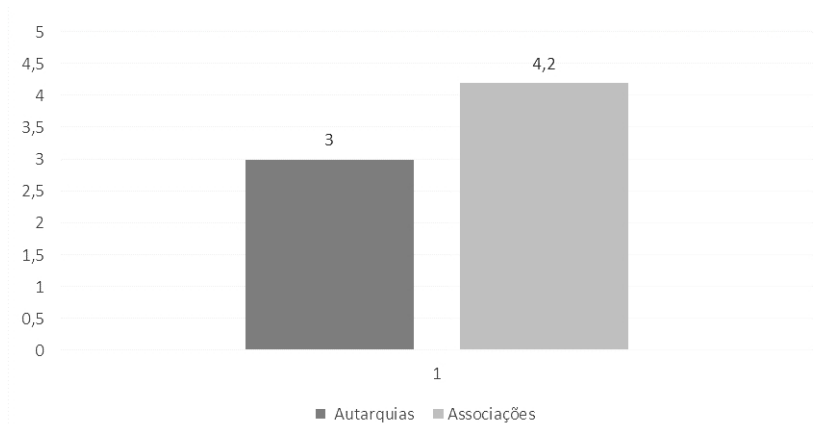
É unânime, ainda que mais expressivo na perspetiva dos municípios, o entendimento tendencialmente positivo acerca do desenvolvimento do CPC para “Salvaguarda e valorização do património” ou o “Desenvolvimento da economia local” (*vid.* Gráfico 9). Repare-se que, no entanto, comparativamente a relevância atribuída para “Qualidade de vida dos/as locais” é ligeiramente menor tanto para autarquias como para associações.

Gráfico 9. Importância do desenvolvimento de CPC numa série de parâmetros.



Fonte: *Elaboração própria.*

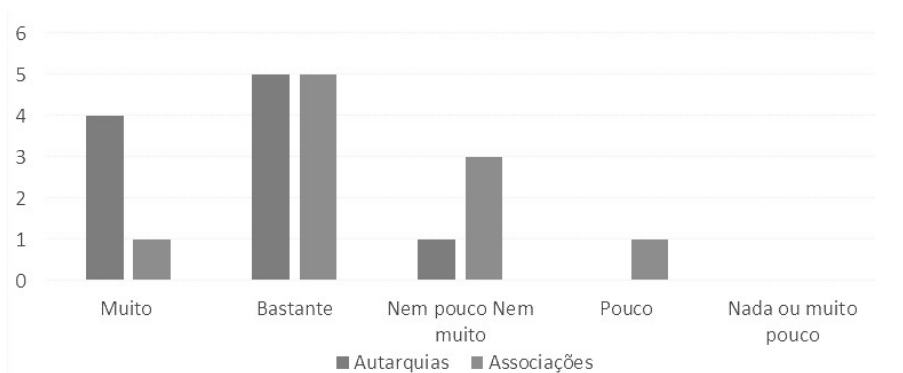
Nesta direção, questionadas pelos impactos positivos e negativos derivados do desenvolvimento do CPC, as perceções são sensivelmente diferentes: as autarquias põem em destaque particularmente o “desenvolvimento turístico-económico” como o grande impacto positivo, ao passo que mostram uma tendência para não identificar ou mesmo desvalorizar potenciais impactos negativos, entre os quais a eventual possibilidade de enfrentarem um problema de massificação (*vid.* Gráfico 10). Já as associações, coincidindo na apreciação relativamente ao “desenvolvimento turístico-económico”, apontam expressivamente a “massificação e turistificação do Caminho” ou a “diluição do Caminho numa lógica económica” como os principais impactos negativos identificados; em 2 casos, os discursos incluíram “caminho das areias” como expressão pejorativa em função, interpretamos, das lógicas turístico-económicas.

Gráfico 10. Possibilidade de enfrentar um problema de massificação no CPC.

Fonte: *Elaboração própria.*

Noutra dimensão, quando questionadas de diferentes perspetivas acerca das comunidades locais, as autarquias declararam uma perceção do CPC enquanto elemento forte da identidade local (*vid.* Gráfico 11); para as associações, esta perceção é moderada; em vários casos, aliás, a pessoa inquirida afirmou tratar-se de um fenómeno crescente, i. e., as populações locais teriam cada vez mais presente o CPC como mais um elemento da sua identidade. Para a questão “Em que medida considera que a comunidade local deve ter protagonismo no desenvolvimento do CPC?”, as respostas foram, tanto de autarquias como de associações, “muito importante” ou “bastante importante”. Porém, relativamente ao grau de envolvimento efetivo das comunidades as respostas mostram uma perceção desigual, sendo mais notória na perceção das associações.

Gráfico 11. CPC e identidade local.



Fonte: *Elaboração própria.*

Tendo presente, como ficou recolhido no Gráfico 9, o entendimento da “Promoção da qualidade de vida dos/as locais” como um dos parâmetros menos destacado, cabe referir o “acolhimento” como o papel mais consensual atribuído pelas entidades consultadas às comunidades locais no desenvolvimento do CPC (*vid.* Gráfico 12); o que significa, interpretamos, a atribuição de um papel passivo às comunidades.

Gráfico 12. De que forma a comunidade local deve ter protagonismo no desenvolvimento do CPC.



Fonte: *Elaboração própria.*

Por outro lado, 8 das 10 associações consultadas declararam um envolvimento nulo ou muito escasso no âmbito do projeto “Valorização dos Caminhos de Santiago — Caminho Português da Costa” promovido, como já foi indicado, pelos 10 municípios atravessados pelo itinerário em foco (*vid.* Gráfico 13). Quanto às câmaras municipais, a valoração geral do projeto é altamente positiva. Estas, declaram igualmente como parceiro destacado o Turismo do Porto e Norte; por sua vez, as associações (que percebem o labor das câmaras municipais como moderadamente positivo) indicam as autarquias, outras associações e as juntas de freguesia como os principais parceiros.

Gráfico 13. Envolvimento ativo no projeto “Valorização dos Caminhos”.

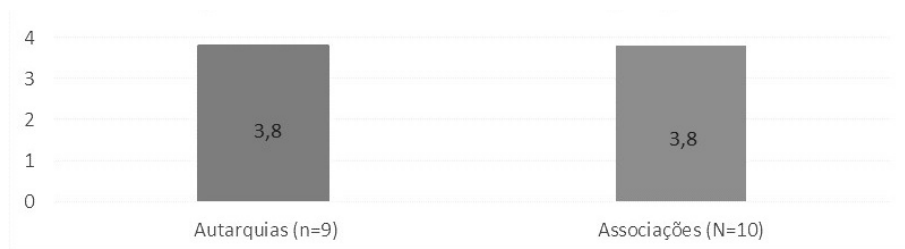


Fonte: *Elaboração própria.*

Por último, junto a um claro entendimento unânime da importância do aeroporto do Porto no desenvolvimento do CPC (*quilómetro zero* do mesmo, caberia pensar), as respostas das entidades inquiridas mostram a perceção do real interesse das entidades galegas (Xunta de Galicia e Xacobeu S.A., designadamente) na promoção deste itinerário. À questão, no entanto, “Como considera o trabalho desenvolvido pelas entidades galegas - Xunta, Xacobeu S.A. etc. - no CPC?”, as respostas, tanto de municípios como de associações (*vid.* Gráfico 14; escala: 1 = “negativo”; 5 = “muito positivo”), mostram uma perceção desigual e, em todo o caso, significativamente menor se comparado com o interesse percebido. Nos discursos de algumas entidades surgiram algumas dúvidas acerca do envolvimento das entidades galegas o que pode traduzir, na nossa ótica, alguma confusão relativamente ao papel que

aquelas podem desempenhar na gestão dos Caminhos Portugueses em solo português.

Gráfico 14. Valoração do trabalho das entidades galegas no CPC.



Fonte: *Elaboração própria.*

4. CONCLUSÕES

A análise realizada acerca das perceções e ideias das câmaras municipais e associações consultadas sobre o desenvolvimento do CPC apontam para um quadro marcado, em primeiro lugar, por uma acentuada convergência nas ideias e ações dos municípios e, em segundo lugar, uma relativa similar percepção, em geral, entre estes e as associações, alicerçada, por exemplo, no consensual entendimento como positivo ou mesmo muito positivo do desenvolvimento do CPC durante a última década.

O CPC começa a ser objeto de atenção a partir de 2009 (data aproximada de referência), ano em que diversas entidades associativas e municipais iniciam uma série de ações cujo fim é desenvolver o itinerário em várias dimensões. A partir de 2019, data-chave para os Caminhos de Santiago em Portugal, o CPC entra numa fase, em curso, de acelerada fixação e institucionalização, com envolvimento do Estado.

A diferença da *reinventio* compostelana da década de 80 do século passado e anos posteriores¹², o desenvolvimento do CPC está marcado

¹² “As políticas culturais e turísticas, no período que vai de 1980 até o momento atual, são entendidas aqui, sob a denominação *reinventio*, como um processo relativamente rápido de ressignificação de Santiago de Compostela enquanto, não apenas, mas fundamentalmente, meta dos Caminhos de Santiago. Com o concurso decisivo da Igreja católica e outras organizações internacionais, a *reinventio* foi promovida

por um forte ou até hegemónico impulso turístico-económico, nomeadamente se atendermos aos discursos das câmaras municipais (nesta direção, apostar no desenvolvimento do CPC seria o mesmo que promover o desenvolvimento turístico-económico dos territórios em causa); aliado a aquele, o atributo “litoral/costa” parece funcionar como o elemento diferenciador fundamental face a, por exemplo, o Caminho Português Central. Ainda em relação à *reinventio* citada, cabe assinalar: (a) a relativamente menor dimensão da “fé/religião” ou a Igreja católica frente a uma expressiva associação entre o CPC (os caminhos, em geral) e a “espiritualidade”, ao mesmo tempo que (b) parece emergir um entendimento diferenciado entre este e o fenómeno de peregrinação a Fátima, nos discursos em análise; (c) outra das ideias fortes da *reinventio*, o Caminho como elemento vertebral europeu, por exemplo, está praticamente ausente dos discursos, ao passo que (d) o CPC pode ser entendido, pontualmente, como elemento de convergência com a Galiza (“terra irmã”). Nos discursos das entidades associativas, note-se, face à orientação central turístico-económica dos municípios, a dimensão cultural-patrimonial é objeto de generalizada reivindicação; estas, mostram, em geral, uma perspetiva mais crítica com o desenvolvimento em curso do CPC, questionando, em ocasiões, as decisões tomadas relativamente à orientação geral ou aos traçados oficiais (“caminho das areias”).

A análise realizada permite igualmente caracterizar o desenvolvimento do CPC até à data, designadamente no que diz respeito às políticas públicas, como marcado por uma secundarização das comunidades locais, tanto nas fases de planificação como de implementação das diversas iniciativas. Paradoxalmente, como foi apontado, é significativa entre as entidades consultadas a crescente perceção do CPC como um elemento forte das identidades locais. É perceptível, nesta direção, uma

por agentes institucionais Estado, Xunta da Galiza e Concelho interessados em impulsar uma série de ideias relativas a: (a) a condição europeia dos Caminhos e de Santiago de Compostela/Galiza/Espanha; (b) a religião/espiritualidade como elemento estruturante dos territórios e das comunidades; (c) o par património/cultura como um dos eixos centrais das políticas públicas; e (d) o desenvolvimento do turismo como aspiração central” (Pazos-Justo, del Río e Samartim, 2018: 250; itálicos no original).

Para o entendimento das narrativas acerca da *reinventio* compostelana seguimos aqui Torres Feijó (2011).

planificação menos interessada nos impactos que o desenvolvimento do CPC pode significar para as comunidades afetadas, assim como, em geral, nas ações implementadas até à data; segundo os dados manejados, não foram acompanhadas de medidas de avaliação de impactos não desejados (à luz da literatura sobre o tema, porém, possíveis ou até prováveis; Torres Feijó, 2019 e Bernardo e Pereiro, 2020). Aparentemente, o critério fundamental de avaliação, porventura único, reside no número de pessoas peregrinas que seguem o CPC.

Na pesquisa realizada, é significativo, no nosso entendimento, o ruído que paira acerca da articulação com as entidades galegas no que diz respeito à gestão dos Caminhos de Santiago, mais em concreto, relativamente ao papel que estas deveriam desempenhar. Por outro lado, as respostas das entidades inquiridas indiciam uma certa *ansiedade* patrimonial/cultural/histórica, por comparação com outros itinerários (o Caminho Francês e, muito provavelmente aqui, o Caminho Português Central); frente a esta perceção, parece emergir uma tendência para preencher de conteúdo cultural/patrimonial o itinerário em foco, percebido como despossuído de capitais fortes nesta direção.

Por último, o trabalho de investigação realizado tornou evidente que, para um melhor conhecimento do desenvolvimento em curso do CPC, para a uma planificação sustentável especialmente, será necessário: (a) conhecer as ideias e perceções das comunidades locais dos territórios afetados e (b) também dos sectores económicos mais diretamente envolvidos (restauração, hotelaria, etc.); (c) em função da dispersão de dados e da perceção das entidades inquiridas, entendemos igualmente urgente avançar com projetos de pesquisa cujo objetivo central terá de ser a caracterização das pessoas peregrinas (origens, ideias, motivações, perceções, práticas, etc.) que percorrem o CPC.

5. BIBLIOGRAFIA

Americano Lopes, I. (2020). Análise e identificação dos discursos, práticas patrimoniais e *stakeholders* no Caminho Português da Costa para Santiago de Compostela. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. RepositóriUM. <http://hdl.handle.net/1822/70663>

- Antunes Silva, J. (2004). Caminhos de Santiago: Uma Europa peregrina, *Theologica*, 39, 331-357. Veritati - Repositório Institucional da Universidade Católica Portuguesa. <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/12690/1/silva.pdf> 11
- Barbosa Gonçalves, F.J. (2012). Plano de interpretação dos Caminhos de Santiago no Centro Histórico de Barcelos. [Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Viana do Castelo]. Repositório IPVC. http://repositorio.ipvc.pt/bitstream/20.500.11960/1337/1/Francisco_Goncalves.pdf.
- Bello Vázquez, R. (2015). Measuring Identity: Indicators for Comparison of Real and Fictional Discourses on a Cultural Heritage City. Em G. R. Ricci (Ed.), *Travel, Tourism, and Identity* (pp. 127-142). Routledge. <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781351301121-8/measuring-identity-indicators-comparison-real-fictional-discourses-cultural-heritage-city-1-raquel-bello-v%C3%A1zquez>
- Bernardo, E., e Pereiro, X. (2020). Responsible tourism: cosmetics, utopia or reality? An analysis of the scientific literature. *International Journal of Tourism Anthropology* 8(1), 22-43. <https://www.inderscienceonline.com/doi/abs/10.1504/IJTA.2020.113923>
- Catarina Mendes, A. (2009). Peregrinos a Santiago de Compostela. Uma etnografia do Caminho Português. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório ULisboa. <http://hdl.handle.net/10451/299>
- Fernandes Duarte, A.C. (2016). Caminhos de Santiago: o Caminho Português como fator de desenvolvimento turístico no concelho de Barcelos. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/87059>
- Fernández Rodríguez, M.L. e Samartim, R. (2016). Impacto dos discursos literários nas práticas e consumos culturais ligados aos Caminhos de Santiago: de Paulo Coelho aos souvenirs de cavaleiros templários, *IS Working Papers*, 3(37). https://www.researchgate.net/publication/324260038_Impacto_dos_discursos_literarios_nas_praticas_e_consumos_culturais_ligados_aos_Caminhos_

de_Santiago_De_Paulo_Coelho_aos_souvenirs_de_cavaleiros_templarios

- Fontoura Nadais, C.D. (2010). O turismo e os territórios da Espiritualidade. Os caminhos de Santiago em Portugal. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. ESTUDO GERAL Repositório científico da UC. <http://hdl.handle.net/10316/15370>
- Freitas, D., Pazos-Justo, C. e Samartim, R. (2021). Perceção e Realidade dos Impactos do Caminho Português Interior a Santiago na atividade comercial da cidade de Chaves: Análise sobre parâmetros da economia, a interação, a identidade local e as políticas públicas, *ROTUR, Revista de Ocio y Turismo*, 15(1), 59-77. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7746776>
- Gomes, L.E. (2012). Olhares sobre o património: uma etnografia do Caminho de Santiago Português. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/25954>.
- Gomes, L.E. (2017). Os Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela. O Património em Processo. [Dissertação de Doutoramento, Universidade de Coimbra]. ESTUDO GERAL Repositório científico da UC. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/79392>
- Hidria (2017). Estudo do Traçado do Caminho Português. Em Eixo Atlântico (ed.). *Caminho de Santiago. Estudo dos traçados no Norte de Portugal*. Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. <https://www.eixoatlantico.com/pt/listado-publicaciones/2900-estudos-dos-tracados-no-norte-de-portugal>.
- Lopes Antunes. Â.I. (2016). Caminhar na era tecnológica em direção a Santiago de Compostela: Estudo do uso de uma app por parte dos peregrinos. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Politécnico de Viseu]. Repositório Científico do Instituto Politécnico de Viseu. <http://hdl.handle.net/10400.19/3322>
- Marques, J. (2006). Os santos dos caminhos portugueses. *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 7, 243-262. <http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/3772/3527>.
- Moreno, H. (1986). Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média. *História: Revista da Faculdade de*

- Letras da Universidade do Porto*, 3, 77-89. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7676/2/2042.pdf>
- Paiva Alves, S.M.P. (2012). A Antevisão do Peregrino na Iconografia de São Tiago no Caminho Português de Santiago entre Viseu e Chaves: Subsídios para a criação de uma rota turística Volume I. [Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa]. Veritati - Repositório Institucional da Universidade Católica Portuguesa. <http://hdl.handle.net/10400.14/15849>
- Pazos-Justo, C.; Del Río, M. e Samartim, R. (2018). *Reinventio e unanimidade. Impacto das políticas culturais e turísticas na Comunidade local de Santiago de Compostela, SÉMATA, Ciências Sociais e Humanidades*, 30, 233-256. RepositóriUM. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/57465>
- Pereira Martinho, A. (2014). Turismo Cultural e religioso: o Caminho de Santiago no concelho de Vouzela. [Relatório de Estágio, Instituto Politécnico de Coimbra]. Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/16625>
- Pereiro, X. (2009). *Turismo cultural: Uma visão antropológica*. ACA y Pasos.
- Pereiro, X. (2017). Turiperegrinos portugueses no Caminho Português Interior de Santiago de Compostela. *Revista Turismo & Desenvolvimento (RT&D)/Journal of Tourism & Development*. <https://repositorio.utad.pt/handle/10348/9903>.
- Pereiro, X. (2019). Turismo y peregrinación, dos caras de la misma moneda: el camino portugués interior de Santiago de Compostela. *Cuadernos de Turismo*, 43, 407-434. <https://revistas.um.es/turismo/article/view/374871>
- Pereiro, X. e Fernandes, F. (2018). *Antropologia e Turismo: teorias, métodos e praxis*. PASOS, RTPC. <http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosedita/PSEdita20.pdf>
- Samartim, R. & Pazos-Justo, C. (2020). Impactos dos Caminhos na comunidade local de Santiago de Compostela: Resultados de um projeto de investigação em curso. *Madrygal. Revista de Estudios Gallegos*, 23, 307-322. <http://hdl.handle.net/1822/70098>
- Santos Solla, X. M. (1999). Mitos y realidades del Xacobeo, *Boletín de la AGE*, 27, 103-117.

- Sousa, B., Casais, B., Malheiro, A., e Simões, C. (2017). A experiência e o marketing turístico em contextos religiosos e de peregrinação: o caso ilustrativo dos Caminhos de Santiago. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 27/28, 789-800. <https://doi.org/10.34624/rtd.v1i27/28.8831>
- Torres Feijó, E. J. (2011). Discursos contemporâneos e práticas culturais dominantes sobre Santiago e o Camiño: a invisibilidade da cultura como hipótese. Em A.P. Lourenço e O.M. Silvestre (Eds.), *Literatura, espaços, cartografia* (pp. 391-449). Centro de Literatura Portuguesa.
- Torres Feijó, E. J. (2014). Autor, texto e espaço geo-cultural mediatizado: processos de ressemantização, banalização e misturação de géneros em produtos sobre o Caminho de Santiago. Em S. Quinteiro e R. Baleiro (Eds.), *Lit&Tour: Essays on Literature and Tourism* (pp. 291-310). Húmus.
- Torres Feijó, E. J. (2015a). Comunidades, coesão, sustentabilidade e fator visitante: ferramentas conceituais e parâmetros para a análise: o caso de Santiago de Compostela. Em C. Almeida Marques (Ed.), *Planeamento Cultural Urbano em Áreas Metropolitanas - Revitalização do Espaço Pós-Suburbano* (pp. 121-123). CAPP-ISCSP-ULisboa & CIAUD-FA-U.
- Torres Feijó, E. J. (2015b). Identity Sustainability, Identity Affectivity, and the Ithaca Traveler: Conceptual Tools for Measuring and Modeling Tourism as an Opportunity. Em G. R. Ricci (Ed.), *Travel, Tourism and Identity, Culture & Civilization* (pp. 143-162), Volume 7. Transaction Publishers.
- Torres Feijó, E. J. (2019). *Bem-estar comunitário e visitantes através do Caminho de Santiago. Grandes narrativas, ideias e práticas culturais na cidade*. Andavira.
- VV.AA. (Eds.) (2017a). *Caminhos de Santiago. Caminho Português da Costa. Guia do Caminho*. Felprint. <http://www.cm-viana-castelo.pt/download/11760/c3497c5a727c799af7a9792c3ba2a61d>
- VV.AA. (Eds.) (2017b). *Caminho Português da Costa. Estudos*. [s.l.]: Felprint.

Legislação:

Decreto-Lei nº 51/2019, de 17 de abril de 2019 - “Estabelece a salvaguarda, valorização e promoção do Caminho de Santiago, através da certificação dos seus itinerários”, in Diário da República nº 76, de 17 de abril de 2019, I Série. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/51-2019-122124252>

Webgrafia:

Câmara Municipal do Porto. (2015). Projeto Intermunicipal Valorização dos Caminhos de Santiago – Caminho Português da Costa. <https://www.cm-porto.pt/files/uploads/cms/cmp/134/files/1556/ficha-final-santiago-norte-04-2114-feder-000138-1.pdf>

Caminhos de Santiago. Caminho Português da Costa. <http://www.caminhoportuguesdacosta.com/pt>

Oficina del Peregrino. Estadísticas. <https://oficinadelperegrino.com/estadisticas/>

Póvoa de Varzim. (2010, Maio). Seminário Internacional “Caminhos de Santiago: o Caminho Português da Costa”. <https://www.cm-pvarzim.pt/noticias/seminario-internacional-caminhos-de-santiago-o-caminho-portugues-da-costa/>

República Portuguesa. XXII Governo. (2021, Março). Certificado o primeiro caminho Português de Santiago. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=certificado-o-primeiro-caminho-portugues-de-santiago>

UNESCO. (2017). Sites on the tentative list. Routes of Santiago de Compostela: Routes in Portugal. <http://whc.unesco.org/en/tentativelists/6222/>